



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Eixo Fundamentos do Serviço Social: o trabalho profissional de
Assistentes Sociais**

**A Educação Popular: um caminho para a democratização do
saber e construção coletiva de novos saberes**

Valéria Cristina da costa¹

Dandara Bonilha Alves²

Larice Lopes Faustino³

Luana Garcia Campos⁴

Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni⁵

Resumo: O artigo realiza reflexão teórica sobre a democratização do saber, a transmissão de informações, baseada no diálogo, articulação e ampliação do protagonismo das pessoas e dos coletivos sociais, com base na teoria freiriana. A defesa dos princípios éticos profissionais e o projeto profissional é que desvelamos a necessidade de debater a respeito da educação popular como estratégia de trabalho dos/das assistentes. A escolha teórica e metodológica para reflexão reverbera para compreensão sobre a necessária aproximação da profissão de assistente social com os canais de diálogo que contribuem com o caráter democrático, emancipatório e libertador da sociedade.

Palavras-chave: Educação Popular; Serviço Social; Ético-política.

Abstract: The article presents a theoretical reflection on the democratization of knowledge and the transmission of information based on dialogue, articulation, and the expansion of the protagonism of individuals and social collectives, grounded in Freirean theory. Through the defense of professional ethical principles and the professional project, the need to debate popular education as a work strategy for social workers is revealed. The theoretical and methodological choices guiding this reflection resonate with an understanding of the necessary rapprochement between the social work profession and channels of dialogue that contribute to the democratic, emancipatory, and liberating character of society.

Keywords: Popular Education; Social Work; Ethical-Political

¹Assistente Social, UNESP/FRANCA, doutora em Serviço Social, valeria.costa07@hotmail.com.

²Graduanda em Serviço Social, UNIFESP/BS, estudante, dandarabonilhaalves@gmail.com.

³ Assistente Social, UEM/PR, Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, larice.faustino@hotmail.com.

⁴ Assistente Social, Estado do Paraná – servidora pública, mestre em Serviço Social e Política Social-UEL/PR.

⁵Assistente Social, professora UNESP/FRANCA, doutora em Serviço Social, andreia.liporoni@unesp.br.



1 INTRODUÇÃO

A proposta que apresentamos é uma discussão bibliográfica baseada nas reflexões promovidas pelo Educador Paulo Freire a respeito da dimensão pedagógica e interpretativa do autor em desvelar aos oprimidos, frente aos seus opressores, que este processo só é possível pela organização coletiva, com consciência de classe para libertar-se das amarras que os prendem.

O autor, educador e advogado, em suas principais obras: *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Libertação*, *Pedagogia da Autonomia*, destaca a importância das relações dialógicas e das práticas humanizadoras. Esses elementos também contribuem para a construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social, fundamentado na horizontalidade das relações e na valorização do outro como sujeito ativo no processo. Como afirma Freire (1987, p. 35), trata-se de tornar as pessoas “sujeitos no ato”.

A hipótese de que a educação popular constitui uma estratégia alinhada às dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social se sustenta em diversos contextos de atuação profissional. Isso porque se acredita que é por meio da articulação popular, da participação democrática e do protagonismo social que se torna possível alcançar o caráter emancipatório das populações historicamente oprimidas.

A educação popular, com base na teoria freiriana, tem como objetivo contribuir com a transformação social a partir da práxis, da conscientização e do diálogo, apoiado na perspectiva de valorização dos saberes populares e da realidade vivida pelo sujeito.

Tal concepção deve estar presente nas intervenções de assistentes sociais dentro dos seus diferentes campos de atuação, principalmente quando pensamos nos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, o qual afirma a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária (CFESS, 2012).

É, portanto, a partir destas reflexões que apresentamos, o diálogo profissional do Serviço Social com a ideal freiriano sobre Educação Popular.

2 DESENVOLVIMENTO

A educação popular proposta pelo Educador Paulo Freire e a relação com o Projeto Ético-Político profissional

Num primeiro momento precisamos entender, pelo menos em linhas gerais, quem foi Paulo Freire (1921-1997). Embora formado em direito, seu grande legado foi a pedagogia, direcionada aos oprimidos, contra os opressores, em defesa da educação libertadora, baseada no diálogo, na conscientização crítica dos estudantes e leitores, valorização da realidade vivida



para o aprendizado e, ainda, a educação não como uma situação passiva, mas como uma prática política em defesa dos interesses coletivos de direito. Mais do que educador, foi um militante exilado que sofreu as consequências da Ditadura militar no Brasil, devido sua defesa da educação libertadora, que era de que a própria sociedade poderia se instrumentalizar por meio da educação popular para lutar contra as relações opressoras do capitalismo.

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (Freire, 1987, p. 109-110).

Freire, ao longo de sua vida, defendeu a Educação Popular, que pode ser compreendida como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares, o que está diretamente ligado ao poder hoje detido pelas classes dominantes. É nessa busca de transformação da sociedade, que a educação popular se ancora, na tentativa de romper com a educação bancária, que ignora os saberes populares e o sujeito, colocando-o apenas num lugar de passividade e receptor de informações, para então buscar uma educação emancipatória e, principalmente, política (Freire; Nogueira, 1993). Ela deve ser substantivamente democrática e voltada ao desvelamento da realidade social, em que busca estimular a presença das classes populares nas lutas a favor de uma sociedade justa e democrática (Freire, 2007, p. 103 apud Machado et. al. 2019)

O atual formato de sociedade e da educação produz e determina quem são os “instruídos e excluídos”, pois é só considerado detentor do saber somente aquele que perpassa pela educação formal e monetizada, uma educação completamente voltada ao produzir e ao controle de massas. Não há valorização dos saberes populares, do conhecimento produzido na rua e pelo povo e esta é uma forma de oprimir esses sujeitos, desvalorizando o seu saber e subalternizando-os.

Um fato que merece destaque, antes de efetivamente relacionarmos o projeto profissional do Serviço Social com os pensamentos freirianos, é que Paulo Freire participou como convidado especial na abertura do II Encontro das Escolas de Serviço Social do Nordeste, datado em 1964. Período em que o Serviço Social tinha ainda muita influência da Igreja Católica, que estava passando por um período aparentemente mais progressista e havia assistentes sociais mais engajados com as lutas e movimentos populares.

O pensamento freiriano defendia a educação popular de qualidade, sobretudo para adultos, tendo como base a realidade vivida, a consciência crítica, o que vinha de encontro com o movimento do Serviço Social que questionava o modelo funcionalista e debatia a reconceitualização profissional.

A concepção freiriana sobre conscientização, ao valorizar o saber popular, diferia da concepção dominante, visto que negava a função de intelectual como portador e produtor de consciência [...]. Essa concepção se consolida durante os trabalhos do autor, após o exílio, com obras que traduzem uma maior aproximação ao catolicismo radical e a influxos marxistas. É justamente nesse período que a influência de Freire se refrata no Serviço Social por meio do método BH.¹ (Gomes, 2011, p. 56)

¹ Método BH surgiu entre os anos de 1972 e 1975 no município de Belo Horizonte – MG, reconhecido



Feitas estas considerações, destacamos que os objetivos da educação popular se associam ao Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) considerando que, enquanto categoria profissional, lutamos por uma nova ordem societária, sem qualquer dominação e exploração, e, devemos atuar de forma articulada junto aos movimentos sociais e realizar a defesa intransigente dos direitos humanos. Vislumbra-se, portanto, a educação popular como possibilidade de práticas mais críticas e democráticas, rompendo com posturas profissionais hierarquizadas e autoritárias (Machado, et. al. 2019).

Se buscamos uma sociedade mais justa, devemos atuar no sentido de emancipação dos sujeitos e este movimento passa pela valorização dos seus conhecimentos que, em sua maioria, não são reconhecidos por eles mesmos para construir relações mais horizontais e no viés da coletividade.

Mas, em termos técnico-operativos, podemos dizer que (no estímulo à consciência crítica e a uma cultura democrática) a metodologia da educação popular é fundamental, pois, ao mesmo tempo em que busca desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternizadas — a partir de categorias como diálogo, conscientização, práxis, participação, entre outras —, luta pelo protagonismo dos sujeitos sociais almejando a transformação social (Machado, et. al. 2019, p.85)

De forma sintetizada, podemos definir o Projeto ético-político do Serviço Social como a soma dos princípios, valores e diretrizes que objetivam dar direcionamento à prática dos assistentes sociais, entretanto, não isento de ser permeado por perspectivas ideológicas e políticas. Sendo fruto de uma construção histórica coletiva da categoria, forjada a partir do final da década de 1970 para os anos da década de 1980, em um momento marcante da profissão que, à época, buscava o enfrentamento do conservadorismo e a construção de uma perspectiva crítica para a profissão, tão necessária diante da realidade social, o Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro busca se alinhar com elementos fundamentais que assumem a responsabilidade com a transformação social, a defesa dos direitos humanos e justiça social.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional (Netto, 1999, p. 10).

Importante ainda lembrar que um projeto profissional, ou seja, que diz respeito às direções que se quer para determinada profissão, se entrelaça com o projeto societário² que também defende, que será intrínseco aos seus valores éticos, sendo estes mutáveis de acordo com cada contexto histórico, econômico e político, sendo construído por atores com diferentes perspectivas sociais.

O projeto ético-político do Serviço Social está ancorado na construção de um projeto societário transformador, tendo a liberdade como valor ético central, a liberdade concebida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a

no Brasil e na América Latina, com aproximação ao materialismo histórico dialético.

² Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la (Netto, 1999, p.2).



autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (Netto, 1999. p. 104).

O Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social se materializa por meio da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, nas instâncias políticas organizativas e na dimensão jurídico-política da profissão, como por exemplo o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação (Lei nº 8.662/1993), as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social, dentre outros.

Diante do forte movimento de revisão das bases teóricas, ideológicas e do próprio papel da profissão em um contexto de redemocratização do país, alinhando-se a classe trabalhadora nas lutas sociais e dos movimentos sociais, inclusive no que diz respeito à educação com uma perspectiva de um ensino socialmente referenciado entre outras pautas, tornou-se inadiável a tarefa de revisão do Código de Ética dos Assistentes Sociais.

A partir do Código de Ética Profissional publicado em 1986, busca-se traduzir essa nova perspectiva de formação, inserção política, visão analítica e formas de trabalho dos profissionais “orientada por uma perspectiva emancipatória, vinculada politicamente com o fortalecimento da classe trabalhadora e desprovida de neutralidade, a partir de uma leitura de sociedade como uma sociedade de classes” (Viana, 2021, p. 78).

Outro fator de grande relevância na mudança de paradigmas da profissão que foi refletido na construção do projeto ético-político e no Código de Ética, diz respeito à consolidação da formação acadêmica do Serviço Social, que se legitimou e passou a buscar fundamentos em teorias críticas. “Em síntese, foram estes os principais componentes que, a partir da quebra do quase monopólio do conservadorismo na profissão, se conjugaram para propiciar a construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil” (Netto, 1999, p. 14)

Assim, embora o Código de Ética de 1986 tenha atendido ao propósito de refletir a mudança societária da redemocratização e da evolução da formação profissional no País, seguindo o movimento dinâmico das transformações históricas, políticas, econômicas e, conseqüentemente, sociais, este documento necessitou de nova revisão, culminando no Código de Ética de 1993 que está em vigência até os dias atuais.

Durante os anos 1980, a relação entre o Serviço Social latino-americano e a esfera da educação popular persistiu, com uma distinção notável: o contexto já era sob a repressão do regime militar que prevaleceu no Brasil entre 1964 e 1985. Em junho de 1986, precisamente um ano após o término da ditadura em nosso país, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social ABESS (atualmente conhecida como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) promoveu um Seminário Nacional focado nos Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social (Andrade, 2024, p. 28).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil se expõe por meio dos princípios fundamentais do Código de Ética em seus eixos fundantes, tendo como valor central a Liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, do aprofundamento da democracia, o empenho na eliminação de toda forma de preconceito, se posicionando a favor da equidade e da justiça social.



Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores. (Netto, 1999, p. 15)

Considerando que os/as assistentes sociais estão inseridos na divisão social e técnica do trabalho, onde vendem sua força de trabalho enquanto trabalhador assalariado e são requisitados a atender demandas das institucionais, é fundamental refletirmos se tais demandas estão alinhadas com os princípios éticos da profissão e em benefício das/os usuárias/os. A partir da reflexão das relações existentes, que por muitas vezes são contraditórias, cabe o profissional romper com os limites das demandas institucionais e, através da mobilização e articulação junto com os demais trabalhadores, pensar em formas de organização do trabalho que privilegie a construção coletiva, a troca de saberes e, principalmente, o senso crítico das/os atendidas/os enquanto classe trabalhadora e sujeitos sociais que constituem essa sociedade desigual e excludente.

Nesse sentido, a atuação do/a assistente social não deve se limitar ao cumprimento burocrático das atribuições institucionais, mas assumir um posicionamento crítico frente as determinações estruturais que limitam a efetivação dos direitos sociais ou de forças que as expropriam. Ao reconhecer as contradições presentes nas relações sociais e institucionais, o profissional é chamado a desenvolver práticas que tensionem essas estruturas, fortalecendo processos coletivos de participação e organização de todos os sujeitos envolvidos.

A articulação e mobilização do Serviço Social com a classe trabalhadora favorecem a socialização de informações, o compartilhamento de saberes e a ampliação da consciência de classe, possibilitando que os sujeitos compreendam seus opressores e as relações de exploração na sociedade capitalista.

Dessa forma, o Serviço Social reafirma seu compromisso ético-político com a defesa dos direitos, a democracia, da liberdade e a transformação social, contribuindo para o enfrentamento das expropriações de direitos, das desigualdades e das expressões da questão social.

É por isso que muitas/os intelectuais importantes do Serviço Social, como Iamamoto e Raichellis (1995), desde os anos 90, nos apontam a necessidade da recuperação do trabalho de base do Serviço Social, da exploração da dimensão político-pedagógica, a partir de um profissional capacitado para fazer a leitura da realidade, articulado com o processo da totalidade dialética da sociedade, tendo como objetivo uma práxis propositiva que construa, em conjunto com todos os sujeitos do processo, uma intervenção coerente e adequada, para além da satisfação da demanda imediata e superficial, superando a dimensão pedagógica com aspecto de salvação que a profissão assumiu no início do seu processo de ruptura, ao compreender os limites profissionais, mas também tendo no horizonte seu compromisso ético, para além do mero atendimento de demandas apresentadas, de seu compromisso com a emancipação política e humana.

Através da valorização do saber popular, trabalhamos a autoestima e pertencimento dos sujeitos atendidos. É por meio dele, “que os sujeitos expressam suas maneiras particulares de



pensar e de agir, reconhecendo-se como parte de um sistema de conformidade, de um grupo social que subsiste graças à reciprocidade interpretativa” (Martinic, 2003, p.87).

O saber popular refere-se, assim, a realidades múltiplas e participa, com diferente alcance e profundidade, das formas particulares que o povo adquire para dar sentido a sua existência. Tudo o que ele expressa, em outras palavras, é substancial para a definição do que é real, crível e realizável em sociedades e momentos históricos determinados (Martinic, 2003, p.97)

A relação do Projeto Ético-Político e a educação popular proposta por Paulo Freire, andam em uma mesma direção. Enquanto profissionais, devemos nos apropriar da teoria para efetivar os princípios constitutivos da nossa profissão, buscando através da Educação Popular construir práticas emancipatórias e de valorização do saber popular construído pela classe trabalhadora.

Na contemporaneidade, destacamos algumas aproximações do Serviço Social e o legado de Paulo Freire. O primeiro que elencamos é o acontecido em julho de 2022 na cidade de Natal - RN, que foi a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), com o tema “Reconstruir o país: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as”. O Conselho Federal do Serviço Social esteve presente defendendo o lema do evento: “Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire”.

Um segundo destaque é o Caderno nº 4/2023 do CFESS, da série Diálogos do Cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional, expressão de uma luta que vem atravessando décadas e gestões do Conjunto CFESS-CRESS. Em defesa do cumprimento da Lei 13.935/2019, que determina a presença do Serviço Social na educação e em seu texto fundamenta-se dos ensinamentos de Paulo Freire, o referenciando como o patrono da Educação no Brasil, com destaque a citação:

Educar não se trata apenas de ensinar a ler e a escrever, mas de possibilitar a compreensão do lugar que se ocupa na pirâmide social, o porquê de estar ali e como buscar as superações. Certamente esta é uma contribuição significativa da/o assistente social: o exercício de sua função pedagógica na qualidade de um/a educador/a social, o que coaduna com o projeto ético-político profissional, orientado por um projeto societário sob novas bases de sociabilidade emancipatória (CFESS, 2023).

É possível relacionar que os ensinamentos do educador e a necessidade de conhecimento aprofundado da realidade e de como são vivenciadas pelos sujeitos são elementos fundamentais para a atuação profissional do/a assistente social. Ao se qualificar para realizar a leitura da realidade e valorizar o conhecimento popular, não apenas a qualifica, como também possibilita a formulação de ações inovadoras e críticas frente às expressões da questão social. Assim, a prática profissional deixa de ser compreendida meramente pela funcionalidade técnica e operacional e passa a ser orientada por uma compreensão histórica e socialmente situada da realidade.



Além disso, o conhecimento da realidade social constitui um compromisso essencial para o fortalecimento da consciência crítica e para a construção de uma cultura pública democrática e o/a assistente social pode contribuir para a ampliação do acesso à informação e para o desenvolvimento de processos educativos capazes de estimular a reflexão crítica dos sujeitos sociais.

Nesse sentido, a atuação profissional também assume um papel político-pedagógico, ao favorecer o reconhecimento pelos próprios sujeitos, de sua inserção nas relações de poder e nas disputas hegemônicas presentes na sociedade. A consciência política, entendida como a percepção de pertencimento a uma força social coletiva, constitui um passo fundamental para a unificação entre teoria e prática, possibilitando ações coletivas mais conscientes e transformadoras.

E, portanto, a concepção de educação libertadora defendida por Paulo Freire, permeada pelos conceitos do desenvolvimento a partir do diálogo, da valorização dos saberes populares e considerando a realidade vivida e experimentada. Tais concepções aproximam-se diretamente do projeto ético-político do Serviço Social, que reconhece os sujeitos atendidos como protagonistas de sua própria história e defende um projeto societário mais justo e participativo.

[...] a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990 (Abreu; Cardoso, 2009, p. 1).

E, por fim, destacamos a defesa do educador de que a educação não é neutra, mas sempre um ato político, e a dimensão política, precisamos reconhecer como inerente à profissão de Serviço Social, em a relacionamos à defesa de José Paulo Netto em seu texto: A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que diz:

É importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas. Não é por acaso que o conhecido pensador lusitano Antônio Sérgio, numa passagem notável, tenha observado que “aquele que diz não gostar de política, adora praticar política conservadora”. (Netto, 2010, p.5).

Portanto, a relação entre Serviço Social e a educação em Paulo Freire se expressa nas dimensões profissionais: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e imprimir os princípios éticos profissionais, tendo como base, a liberdade, a democracia, o diálogo, a valorização da consciência crítica, a busca pela emancipação dos sujeitos e com a construção da justiça social a uma sociedade mais democrática e livre.



3 RESULTADO E CONCLUSÕES

O estudo bibliográfico nos aponta a necessidade do aprofundamento do estudo do legado de Paulo Freire ao Serviço Social. Suas ideias condizem com a necessidade da profissão romper com o conservadorismo e se posicionar em defesa da classe trabalhadora, em descortinar os interesses que emergem na sociedade capitalista e nas relações sociais antagônicas, e, de forma metodológica e estratégica, realizar a educação popular no âmbito dos espaços de trabalho.

Descortinar a realidade é participar dela, é não se posicionar hierarquicamente em relação a sociedade, mas valorizar todos os saberes, ampliar os holofotes do conhecimento popular aos interesses coletivos das classes subalternizadas, a práxis dos sujeitos sociais rumo ao caráter emancipatório. A valorização do trabalho nesta perspectiva requer a democratização das informações, ao diálogo simples e em conexão para libertação das políticas totalitárias e opressoras que se configuram historicamente em diferentes contextos.

O trabalho dos/as assistentes sociais é demarcado por sua dimensão educativa, por isso a Educação Popular pode ser vista como um caminho para refletir nossas concepções de educação, de saberes e formas de socialização do conhecimento. O desafio de romper com práticas engessadas e automáticas, fruto do próprio sistema capitalista, e das precárias formas de trabalho impostas faz-se urgente, pois para caminhar para efetivação dos nossos princípios éticos, precisamos ouvir, acolher os saberes das/os usuárias/os atendidas/os e buscar fomentar uma construção coletiva.

Tal ação pode ser percebida pelos profissionais que atuam na ponta das políticas públicas como algo utópico e distante, uma vez que exige do/a profissional a revisão de suas práticas e da intencionalidade do trabalho desenvolvido. Nesse sentido, impõe-se o movimento dialético de reflexão crítica sobre nossas ações, questionando se elas contribuem e/ou fortalecem qual dos polos do antagonismo das relações sociais: os/as oprimidos/as ou o sistema de opressão. Essa inquietação deve ser constante e insistente no cotidiano profissional, pois o Serviço Social, ao assumir a articulação e a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, orienta a compreensão e a intervenção na realidade, conferindo direção às ações e às intervenções profissionais em defesa da classe trabalhadora/oprimidos/as.

A contextualização do Código de Ética do(a) Assistente Social no texto é justificada pela relação entre a educação popular e sua convergência com os princípios éticos profissionais. No entanto, é importante refletir, desde o processo de formação da profissão, sobre o legado de Paulo Freire para a construção de um saber crítico e dialético, que contribua para uma cultura democrática e a democratização dos saberes. E, por fim, analisamos que essa abordagem valoriza a práxis participativa e coletiva, a fundamentação das relações baseadas no diálogo e na autonomia.

Portanto, em linhas gerais, o estudo e a apropriação dos elementos que caracterizam a educação popular no contexto de trabalho de assistentes sociais configuram possibilidades de



estratégias de atuação de que devemos lançar mão para defesa dos princípios hegemônicos profissionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M; CARDOSO, F. C. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009, p. 539-608.

ANDRADE, B. P. **A dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais: articulações com a educação popular e a decolonialidade**. 2024. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) — Universidade Federal de São Paulo, Instituto de Saúde e Sociedade, Santos, 2024.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Diálogos do cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 4*. Brasília, DF: CFESS, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, 17ª edição, Paz e Terra. 1987.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que Fazer: Teoria e Prática em educação popular**. 4º ed. Vozes. Petropolis, RJ, 1993.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Paulo Freire e o Serviço Social no Brasil** — elementos do pensamento freiriano para a superação do conservadorismo na profissão. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 27, 2011. Disponível em: . Acesso em: 14 de jan. de 2025.

IAMAMOTO, M. V.; RAICHELLIS, Raquel. *Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, A. M. B. et. al. **Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)**. Serviço Social & Sociedade, n. 134, p. 70–87, jan. 2019.

MARTINIC, S. **Saber popular e identidade**. In: Educação popular: utopia latino-americana. Org. Moacir Gadotti, Carlos A. Torres. 2 ed. Brasília, 2003.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. In: CFESS; ABEPSS. Projeto ético-político do Serviço Social: uma trajetória de lutas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 93–108.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviços Social. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, 1999. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>.

Acesso em 11 Ago. 2025.

VIANA, B. V. **Uma Análise das Dimensões Ético-Política e Teórico-Operativa no Trabalho do Assistente Social: Trajetória Sócio-Histórica e Desafios Contemporâneos**. Londrina,



Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/9531> Acesso em 05 de Ago. 2025.